



Índice

- 01** [O que Kátia Abreu, Folha e Estadão tem em comum? Aversão à Constituição](#)
- 02** [Humilhação e constrangimento: "Eu quero meu direito de ser livre, de ser Indígena no Brasil"](#)
- 03** [Ribeirinhas do Tapajós discutem violação de direitos humanos das mulheres na construção de barragens](#)
- 04** [MPT e MPF processam União por terceirização em comunidades indígenas](#)
- 05** [Manifesto: Índio é nós](#)
- 06** [Rio Xingu deixa mais de 1.200 desabrigados em Altamira \(PA\)](#)
- 07** [Rio Tocantins transborda e deixa desabrigados em Marabá e Tucuruí \(PA\)](#)
- 08** [Rio Madeira deve superar 19 metros em Porto Velho \(RO\)](#)
- 09** [Acesso a cidades isoladas continua bloqueado por manifestantes em RO](#)
- 10** [MPs conseguem da Justiça Federal liminar que impede o Ibama de autorizar o aumento da cota de Santo Antônio sem ouvir comunidades](#)
- 11** [A Copa do Mundo não sei... A Constituição Federal é Nossa!](#)
- 12** [Com cheia do rio Madeira, população enfrenta doenças e falta de alimentos no AM](#)
- 13** [Fen'Nó, uma guerreira: uma mulher, uma história, uma lenda](#)
- 14** [Operação em Terra Indígena de RR retira garimpeiros e desativa 30 balsas](#)



- 15** Suape: promessas não cumpridas (1)
- 16** Prazo para famílias desocuparem terra indígena no Maranhão termina hoje
- 17** Posseiros estão reconstruindo casas em terra indígena de MT, diz PRF
- 18** Conto "Mundurucu", de Beto Vianna
- 19** ABA lança edital do V Prêmio Claude Lévi-Strauss, referente a 2014
- 20** ONGs indigenistas sugam dinheiro da saúde indígena
- 21** A cada 100 índios mortos no Brasil, 40 são crianças. O que isso prova?
- 22** A questão indígena é um problema de importância vital para o país, mas ninguém se interessa em resolvê-lo, por Celso Serra
- 23** Programa Indígena recebe inscrições
- 24** Polícia investiga mortes em aldeia indígena de Dourados, MS
- 25** CGU vê ágio de 8.691% em remédios para índios
- 26** Projeto Poço de Carbono Juruena realiza ação de Educação Ambiental em Terra Indígena
- 27** Direito à terra indígena está acima de título de propriedade
- 28** Deputado vai interceder por comunidade indígena
- 29** Agricultores retomam área da Suiá-Missu
- 30** Um mês sem resposta: Produtores rurais do sul da Bahia lembraram assassinato de agricultor
- 31** Exploração ilegal de madeira cresce 63% em Mato Grosso



O que Kátia Abreu, Folha e Estadão tem em comum? Aversão à Constituição
SÍTIO MST.ORG, 07.03.2014

Passados mais de 25 anos da promulgação da Constituição Federal o Estado brasileiro não cumpriu com a obrigação de realizar a reforma agrária, demarcar as terras indígenas e titular os territórios quilombolas. A ausência de cumprimento da lei maior faz com que o Brasil seja a segunda maior nação do mundo em concentração de terras, fato que dá origem aos extremados e diários conflitos fundiários. Povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores sem terra são as principais vítimas da falta de cumprimento da Constituição e pagam com a vida o preço de lutar pela efetivação de direitos.

Para fortalecer o debate acerca de soluções para os conflitos fundiários, a Terra de Direitos realizou a pesquisa Casos Emblemáticos e Experiências de Mediação: Análise para uma cultura Institucional de soluções alternativas de conflitos fundiários rurais, desenvolvida em parceria com o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria da Reforma do Judiciário. A pesquisa foi lançada no dia 19 de fevereiro, em Brasília, durante o seminário Conflitos Fundiários em Debate, que contou com a presença do Ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria Geral da Presidência da República, e Flávio Caetano, da Secretaria de Reforma do Judiciário.

No sábado seguinte ao lançamento, dia 22, o jornal Folha de S. Paulo publicou artigo da senadora Kátia Abreu intitulado "Contra a lei", em que a ruralista afirma que a pesquisa da Terra de Direitos quer afastar o Judiciário da solução do conflito fundiário e que estaria propondo soluções "fora da lei" para os conflitos no campo.

Em 3 de março o jornal O Estado de São Paulo publicou editorial intitulado "Drible no Judiciário", onde reafirma a posição da Senadora Kátia Abreu e acrescenta que o Governo Federal "apela à antropologia de botequim para questionar o próprio direito constitucional à propriedade."

Os textos publicados em grandes veículos de comunicação revelam completo e conveniente desconhecimento sobre o conteúdo da pesquisa. O estudo aponta que a judicialização dos conflitos fundiários é enorme, e que o sistema de justiça (não só o Poder Judiciário) não dá respostas eficazes para pôr fim aos conflitos. Com a pesquisa se propõe que o sistema de justiça, inclusive o Poder Judiciário, possa incorporar procedimentos dialógicos e manejar instrumentos extra ou não estritamente jurídico para uma cultura de efetiva solução dos conflitos.

A pesquisa também aponta para o fato de que a mediação eficaz dos conflitos fundiários passa, necessariamente, pelo cumprimento da lei. Nesse caso é o cumprimento da Constituição Federal, com a realização da reforma agrária, da demarcação das terras indígenas e titulação dos territórios quilombolas. Não há resolução de conflitos fundiários que não passe pela efetiva realização dos direitos constitucionais dessas populações.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 43./ 2014

Brasília, 10 de março de 2014.

O que querem a senadora Kátia Abreu e os ruralistas da CNA é evitar a solução dos conflitos, na medida em que essa solução passa pelo integral cumprimento da Constituição Federal. Para eles o Poder Judiciário não pode trabalhar para resolver conflitos realizando a reforma agrária, a titulação de territórios quilombolas e a demarcação de terras indígenas, deve apenas atender aos interesses econômicos de quem acha que indígena, quilombola e sem terra é “tudo que não presta”.

Humilhação e constrangimento: “Eu quero meu direito de ser livre, de ser Indígena no Brasil”

SÍTIO AMAZÔNIA LEGAL EM FOCO, 07.03.2014



Wary Kamaiura Sabino na aldeia. Foto: página no FB

Quero me identificar: eu me chamo Wary Kamaiurá Sabino e sou da etnia Kamaiurá/Aweti do Alto Xingu do Estado de Mato Grosso. Sou professor, formado em LETRAS, Especialista em Educação Escolar Indígena na UNEMAT, Mestre em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente, moro em Brasília-DF em virtude de meus estudos de Doutorado na UnB. Agora passa a relatar os fatos que me motivaram a escrever este texto:

No dia 17/02/2014, segunda-feira, fui submetido a uma grande humilhação, chegando mesmo a ser lesado, no momento em que eu estava solicitando a emissão do meu passaporte na agência da Policial de Federal no Distrito Federal, localizada na PEP – NA HORA, em Taguatinga-DF.

CONT.



No referido local, em que eu estava acompanhado de minha esposa Vilma José Sabino Kamaiurá que me ajudava nesse processo, eu fui atendido pela Supervisora do Órgão na Unidade do NA HORA, sra. Kátia Aparecida Santi Ferri, da Policial Federal-DF, que verificou todos os meus documentos e me informou que faltava outro documento, ou seja, uma DECLARAÇÃO DA FUNAI, um tipo de carta declarando a saída do indígena do Brasil para Exterior.

Devo, antes de prosseguir, esclarecer que a finalidade de viajar para o Exterior é para dar continuidade ao meu projeto de estudos acadêmicos de Pós-Graduação Doutorado, logo, sem necessidade de a FUNAI ter conhecimento sobre a minha saída.

Mesmo em posse de todos os meus documentos pessoais como: identidade, identidade da FUNAI, Reservista Militar, Título de Eleitor, Certidão de Casamento, e também pagando todos os impostos, votando como qualquer cidadão brasileiro, aliás sou um verdadeiro cidadão brasileiro.

Com isso, o sistema do PPDF informou que se trata de uma obrigação ter o referido documento para autorizar minha saída. Assim, saímos de lá e fomos buscar o outro documento. Chegamos à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), às 12h45, para solicitar o documento.

Fomos diretamente à Assessoria para Assuntos Internacionais, onde fomos recebidos pelo sr. Caio, que, uma vez ciente da situação, preparou o documento de acordo com as especificações solicitadas e de acordo com modelo já existente no órgão.

Contudo, a pessoa responsável que poderia assinar o documento, o sr. Felipe, ao chegar à repartição e ao tomar ciência da situação, recusou-se a assinar o documento, alegando que havia tido vários problemas com passaporte para indígenas no Plano Piloto-Brasília-DF.

Diante da recusa, solicitei a ele que me acompanhasse ao NA HORA de Taguatinga para explicar à PPDF o motivo de não emitir o documento.

Novamente obtive resposta negativa do sr. Felipe, que alegou que, se fizesse isso, todos os índios iriam atrás dele, criando um costume que atrapalharia o serviço e, por isso, ele não poderia nem acompanhar nem ajudar qualquer indígena na emissão do passaporte.

Por fim, concluiu não existir documento naquele órgão para autorizar a emissão de passaportes para indígenas. Além disso, disse que não poderia fazer a declaração, pois a viagem não era por conta da FUNAI — somente se fosse por conta da FUNAI ele faria o documento — e acrescentou que sou uma pessoa como qualquer outra e que não precisava declaração.

Ao sair daquela repartição sem resolver o problema, fui com minha esposa tomar um café e o sr. Caio dirigiu-se até nós e perguntou para minha esposa se eu era aldeado. Ela respondeu que sim e que eu era índio verdadeiro, morador da aldeia Saidão no Alto-Xingu, pertencente à etnia Kamaiurá/Aweti, e falante de duas línguas indígenas — infelizmente, para o sr. Felipe, eu não poderia ser considerado índio, por estar, atualmente, morando na cidade e, por conseguinte, não ter direito de reivindicar meus direitos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 43./ 2014

Brasília, 10 de março de 2014.

Após 6 horas de espera na FUNAI em que nada foi resolvido, voltamos à Polícia Federal para verificar se havia outro modo para conseguir a declaração. Então, em companhia do sr. Otavio Moura Carvalho, meu amigo, fomos à Coordenação Geral de Promoção dos Direitos Sociais (CGPDS), onde falamos com a sra. Paula sobre a situação complicada e perguntamos se era possível providenciar a referida declaração.

A sra. Paula fez uma carta mencionando a própria Constituição Federal, no capítulo da temática indígena, assinou e a entregou para mim.

Em seguida, eu e Vilma fomos à ouvidoria e relatamos o ocorrido.

No dia 18/02/2014, terça-feira, voltamos ao local onde se emite passaporte em Taguatinga-DF e entregamos o documento para a sra. Kátia, da Polícia Federal de Taguatinga-DF, mas ela não aceitou aquela declaração, alegando que não era daquele jeito. Falou, então, que não ia fazer o meu passaporte sem declaração, sem a carta da FUNAI, e que não podia fazer nada para mim. Ela disse para mim: “— Não tem jeito, eu sinto muito”.

Já com a voz alterada, bastante alta, ela falou que não iria fazer mesmo. Com isso, todo mundo olhava para mim e eu, totalmente humilhado, fiquei com a cabeça abaixada. Eu me senti tratado como se fosse um bandido, uma pessoa sem direitos, uma vítima de preconceito. Eu não estava pedindo um favor, nem que fosse feito de graça, pois já tinha pago pelo serviço. Fiquei com muita vergonha de ser tratado daquele jeito. Não havia porque a sra. Kátia falar comigo naquela altura para que todas as pessoas que estavam no meu ao redor ficassem olhando para mim.

Fiquei muito triste, agoniado, desesperado, segurando meu choro, mas a minha esposa não aguentou, e ao me ver abatido, ela chorou de tristeza. Ficou com dó de mim.

Kátia ainda repetiu que, sem a declaração da FUNAI, não faria um passaporte para mim. Ainda me chamou de “índio”, mesmo sabendo meu nome que estava em minha carteira de identidade.

Kátia me perguntou se era “índio integrado”, naquele momento de tanto abatimento, não pude falar mais nada.

Então, já com raiva e dor, respondi que já vivia “no mundo do branco” — foi humilhante para mim —, mas que não era integrado, pois falava na minha língua materna nativa, tinha costume, morava e dançava na aldeia, comia comida tradicional, portanto, eu era um verdadeiro cidadão brasileiro, legítimo dono da terra.

Então, para eu conseguir o meu passaporte eu preciso ser considerado como não-indígena, será que não tenho mais o direito de ir e vir?

Saí de lá, transtornado com aquela situação.

Contudo, quando eu já estava no ponto de ônibus, decidido a ir ao Ministério Público para

CONT.



denunciar aquela situação e reivindicar meus direitos, recebi um telefonema do sr. Felipe da FUNAI falando que queria falar com a sra. Kátia.

Já que o ponto de ônibus estava na frente do NA HORA de Taguatinga-DF, voltei para entregar meu celular à sra. Kátia para atender à ligação. Volte lá e entreguei o aparelho à sra. Kátia que falou com o sr. Felipe. Mas não sei o que eles falaram e combinaram no telefone, pois ela falou longe de mim.

Quando ela veio me entregar meu celular, comuniquei que estava indo para o Ministério Público e que ia chamar a TV local para fazer a minha denúncia, pois estava sentindo lesado e humilhado e queria meus direitos.

A sra. Kátia mandou que eu esperasse e fez uma ligação no telefone do NA HORA por um longo tempo. Então, ela e um delegado, ambos, resolveram colocar meu nome como NÃO-ÍNDIO, pois só assim poderia conseguir ter um passaporte. Acredito que foi isso que o sr. Felipe combinou com o delegado.

Inclusive a sra. Kátia registrou uma observação que o delegado do Amazonas falou, ou seja, em meus dados pessoais, ela me registrou como NÃO ÍNDIO, e emitiu meu passaporte. Foram 4 horas aguentando aborrecimentos de uma pessoa e gastando minha energia e paciência no PEP – NA HORA-Taguatinga/DF.

De lá eu saí chorando e complementemente em estado de choque. Naquela noite, não consegui dormir direito, pois ficou na minha mente aquela humilhação, aquela discriminação sofrida e a falta de consideração de um agente da própria Polícia Federal-DF, e também na FUNAI, um órgão público criado teoricamente para proteger, nós, indígenas, com reconhecimento na mídia mundial, abriga profissionais que não buscam sequer atender bem as pessoas que procuram seus serviços.

Se nem a Polícia Federal nem a FUNAI podem ajudar os indígenas, para os quais eles não estão fazendo “favores”, mas sim obrigação estatal de lutar pelos direitos dos povos, protegendo e respeitando a vida e a integridade física e psíquica dos indígenas. Mas, pelo contrário, parece que os indígenas são inimigos (situação histórica secular construída ainda no Brasil colonial), que não devem ser apoiados nem protegidos.

Para quem não sabe reivindicar os seus direitos aceita as humilhações e fica por isso mesmo, e as muitas LEIS de nosso país ficam apenas no papel. Parece que a própria Constituição de 1988, que ampara e protege os povos indígenas, não precisa ser respeitada nem cumprida.

Essa situação de desrespeito não é caso isolado, nem raro, mas muito comum, pois sempre somos desrespeitados por sujeitos não indígenas.

Gostaria muito que situações como essa não acontecem mais para ninguém, indígena e não indígenas, pois pessoas em cargos públicos (e mesmo privados) não tem o direito de humilhar nem destruir a autoestima das pessoas, independente de sua origem, ainda mais porque essas pessoas são FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS que são pagos com o dinheiro pago de nossos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 43./ 2014

Brasília, 10 de março de 2014.

impostos. Não quero, assim, que se repitam humilhações como essas que eu acabo de passar na minha vida. Não quero mais ser humilhado e não quero também que minha esposa, parentes e amigos sofram por causa dessas injustiças.

FUNAI, ajude os povos indígenas com as suas demandas. Ainda mais quando o interesse dos indígenas está relacionado a estudo, como é o meu caso. Do contrário, pode parecer que a FUNAI não quer que o indígena cresça. Que as pessoas que trabalham na FUNAI sejam melhor capacitadas para resolver as várias questões indígenas.

Com relação à emissão de passaportes, FUNAI e Polícia Federal deveriam entrar em consenso e definir a questão, pois, nós, indígenas, também podemos e precisamos viajar para outros países. Por isso, a FUNAI poderia também se reunir com o Ministério da Justiça e definir claramente as regras de emissão de documentos para indígenas.

Eu quero meu direito de ser livre, de ser INDÍGENA no Brasil.

Ribeirinhas do Tapajós discutem violação de direitos humanos das mulheres na construção de barragens
SÍTIO MAB, 07.03.2014



O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) realizou nessa quinta-feira (6) o primeiro encontro de mulheres ribeirinhas ameaçadas pelo complexo Tapajós na comunidade Pimental. Participaram da atividade 70 mulheres das comunidades Pimental, Vilinha e Piriquitos com objetivo de fortalecer a organização e resistência das comunidades.

As mulheres debateram o relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) que aponta as violações sistemáticas dos direitos humanos provocada pela construção de barragens no Brasil, no qual as mulheres tem sido as maiores vítimas.

Durante o encontro, as mulheres relataram diversas violações que tem ocorrido mesmo ainda no processo de estudo das hidrelétricas propostas para o rio Tapajós. Uma das principais violações ressaltada é que “as comunidades não foram consultadas se queria sair para dar lugar às barragens” afirma Dona Josefa.

“Vivi a minha vida inteira nessa região, tenho meus filhos e meus netos e vivemos felizes nessa terra, caço, pesco, tenho minha roça, não sei fazer outra coisa, vivo do rio” afirma Dona Tereza emocionada ao relatar sua preocupação de viver na incerteza do que virá pela frente com a construção da usina de São Luiz do Tapajós.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 43./ 2014

Brasília, 10 de março de 2014.

Outra violação tem sido as práticas totalmente abusivas das empresas, entrando nas comunidades sem permissões e tentando dividir os ribeirinhos oferecendo empregos temporários.

Expressões de preocupações e insegurança marcam os rostos de mulheres que vivem há anos no beirão do Tapajós e agora estão sendo ameaçadas por grandes empreendimentos de barragens que não tem apontados soluções para o futuro de suas vidas caso tenha que sair de suas casas.

O MAB tem cada vez mais criado espaços para que as mulheres sejam protagonistas da luta e organização e neste 8 de março, no qual se comemora o dia Internacional de luta das mulheres, tem realizado luta e debates que fortaleça a luta das mulheres atingidas em todo o Brasil.

Como parte da atividade, as crianças fizeram uma apresentação em homenagem às mulheres, finalizando com um momento de confraternização e sorteios de prêmios.



MPT e MPF processam União por terceirização em comunidades indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.03.2014

O Ministério Público do Trabalho (MPT) no Distrito Federal e Tocantins e o Ministério Público Federal (MPF) ajuizaram pedido de execução judicial contra a União pelo descumprimento de acordo que previa o fim de terceirizações irregulares na contratação de pessoal na área de saúde em comunidades indígenas.

O documento também requer cobrança de multa no valor de R\$ 326,9 milhões – a ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) –, abertura de concurso público com, no mínimo, 4.041 vagas e a homologação do resultado até 30 de junho de 2014.

Para que o serviço não seja prejudicado no período entre o fim da terceirização e a contratação mediante concurso, o Ministério Público pede que seja formalizado o vínculo direto dos atuais trabalhadores, inclusive dos agentes indígenas de saúde e de saneamento. A medida, de caráter temporário e de excepcional interesse público, é prevista no artigo 37, IX, da Constituição Federal.

Entenda o caso

Em julho de 2007, o MPT ajuizou ação civil pública a fim de que a União cessasse a terceirização ilícita na prestação de serviços de saúde às comunidades indígenas. Após negociação, em julho de 2008, foi firmado acordo em que a União se comprometeu a modificar gradativamente, até junho de 2012, seu quadro de pessoal, substituindo terceirizados em situação irregular por funcionários contratados por concurso.

A União descumpriu o acordo e em julho de 2012 foi assinado termo aditivo. União tinha até dezembro de 2012 para realizar o concurso público, cujas nomeações deveriam ocorrer paulatinamente até dezembro de 2015. Também deveria formalizar o vínculo direto de 6.098 agentes indígenas de saúde e agentes indígenas de saneamento (2.632 até dezembro de 2013, 1.264 até dezembro de 2014, e 2.202 até dezembro de 2015). Devido a alterações posteriores nas regras do certame, em 18 de dezembro de 2012, um segundo aditivo foi firmado, revendo a parte do cronograma especificamente vinculada ao concurso.

Todavia, conforme a ação, a União “tem-se mostrado contumaz na conduta de descumprir os preceitos constitucionais”, “não tomou nenhuma providência para a realização do concurso” e “confessa que não tem pretensão” de realizá-lo, sob pretexto de “elaborar ‘um arranjo institucional jurídico’”. Além disso, “também descumpriu a obrigação de contratar, até 31/12/2013,” 2.632 agentes indígenas de saúde e agentes indígenas de saneamento.

Fonte: MPT



Manifesto: Índio é nós

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.03.2014

Depois de quatro dias no facebook e no twitter (ver endereços na página), entra oficialmente no ar o portal/campanha Índio é Nós, com textos, vídeos, informações sobre manifestações artísticas, materiais para serem baixados e links para outros espaços que defendem as questões indígenas no Brasil. Abaixo, o manifesto de lançamento. TP.

Manifesto: Índio é nós

Índio é nós: não somos um grupo, somos vários. Agimos porque, neste ano do cinquentenário do golpe de 1964, permanecem os ataques às terras e às vidas dos índios no Brasil. Além da realização de projetos hidrelétricos da ditadura militar, como a usina de Belo Monte, assiste-se hoje à ofensiva, com franco apoio dos três Poderes, do agronegócio e dos grandes eventos esportivos contra o meio ambiente, as populações indígenas e as tradicionais.

Normas constitucionais e internacionais vêm sendo flagrantemente desrespeitadas, ignorando a necessidade democrática de consulta às populações interessadas e o cumprimento das condicionantes ambientais, em uma escalada autoritária e plutocrática incompatível com a democracia.

Na escalada dessa ofensiva, ocorreu o inominável "leilão da resistência" para financiar a apropriação de terras pelo agronegócio. Desde o nome, ele quis roubar dos índios até mesmo a posição que ocupam: a de resistir.

Em resposta ao genocídio dos povos indígenas, propõe-se a realização de uma rede de eventos autônomos, de natureza variada, porém sempre relacionados pelo mote da resistência contra o etnocídio e o genocídio, em prol dos índios e dos mortos e desaparecidos de ontem e de hoje.

As atividades, em diferentes lugares do Brasil e também no exterior, mostrarão, ao contrário do que apregoam os arautos do agronegócio e do desenvolvimentismo, que os índios não estão isolados e não representam o "atraso".

Contra as barragens dos rios na Amazônia, os projetos anti-indígenas no Congresso Nacional e as milícias armadas que atacam impunemente as tribos; pela urgente demarcação das terras indígenas segundo critérios técnicos e não os interesses do agronegócio; pela real implementação dos direitos constitucionais e internacionais dos índios; pelos projetos de futuro inspirados pela indianidade, convidamos todos a se agregarem a esta campanha: Índio é nós.

Signatários:

Adriano Santos Godoy, antropólogo
Age de Carvalho, poeta
Alberto Saraiva, curador de artes visuais e artista
Alexandre Nodari, editora Cultura e Barbárie



Alice Viveiros de Castro, acrobata mental
Alyne Costa, mestranda, PUC-Rio
Amanda Alves Migliora, estudante, Museu Nacional-UFRJ
Ana Beatriz Loivos, psicóloga em Niterói
André Simas Sacramento, advogado
André Vallias, poeta e designer
Andréa Cals, produtora e apresentadora do canal Curta! e de rádio
Andrea Lombardi, professor, UFRJ
Angélica Freitas, escritora
Antonio Salvador, Cia Teatro Balagan
Armando Freitas Filho, escritor
Artionka Capiberibe, antropóloga, EFLCH/Unifesp
Beatriz Azevedo, poeta e compositora
Beatriz de Almeida Matos, antropóloga
Bruce Albert, antropólogo
Bruno Nogueira Guimarães, antropólogo, Museu Nacional
Cacique Ubiratã Awá Baretédju, Aldeia Indígena Bananal, da etnia tupi-guarani
Camilla Magalhães Gomes
Catiane Matiello, doutoranda, PPGTE/UTFPR
Carolina Martins dos Santos Valentim, educadora física
Cecília Cavalieri, artista visual, Instituto de Artes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Centro de Trabalho Indigenista (CTI)
Chacal, poeta
Cia Teatro Balagan
Clóvis Ricardo Montenegro de Lima, pesquisador do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Conrado R. Octavio, geógrafo
Cristina Barros Barreto, funcionária pública
Daniel Pierri, CTI
Danichi Hausen Mizoguchi, professor de psicologia, Universidade Federal Fluminense (UFF)
Deborah Danowski, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
Diogo Alfonso Garcia, psicólogo, sociólogo e mestrando, Unesp/FCLar
Dirce Waltrick do Amarante, ensaísta e tradutora
Edgar Bolivar-Urueta, antropólogo, UFF
Edgar Rodrigues Barbosa Neto, antropólogo, Museu Nacional-UFRJ
Eduardo Kac, poeta e artista plástico
Eduardo Sterzi, escritor e professor na Unicamp
Eduardo Viveiros de Castro, Museu Nacional-Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Eliete Toledo, historiadora
Elizabeth Esquenazi, arquiteta
Fabián Ludueña Romandini, Universidad de Buenos Aires
Fabiane Borges, organizadora do Festival de Tecnoxamanismo
Fabiane Marques, pesquisadora, UNIFESP
Fabiano Calixto, poeta
Fabiano Costa Camilo, historiador
Fabio Malini, midialivista e professor da Universidade Federal do Espírito Santo



Fabio Weintraub, poeta e editor
Felipe Augusto Vicari de Carli, mestrando em Literatura, UFSC, e tuiteiro
Felipe Milanez, jornalista
Fernando Bastos Neto, mestrando Literatura, UFSC
Filipe Ceppas, professor, UFRJ
Flavia Cera, Editora Cultura e Barbárie
Francisco Aragão Azeredo, IFRJ
Gonzalo Aguilar, Universidad de Buenos Aires
Grupo Tortura Nunca Mais – São Paulo
Gustavo Jardel Coelho, estudante de graduação em antropologia e arqueologia, UFMG
Helena Palmquist, jornalista
Idelber Avelar, University of Tulane
Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais (IPMDS)
James Martins, poeta
Janaína Lobo, antropóloga
João Augusto Fortes, engenheiro e gestor ambiental
João Camillo Pena, Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
João Paulo Cuenca, escritor
Joesér Alvarez – Coletivo Madeirista
Julián Axat, escritor e Defensor Judicial (La Plata, Argentina)
Juliana Fausto, PUC-Rio
Karen Shiratori, antropóloga, doutorado pelo PPGAS-Museu Nacional
Kleyton Rattes, antropólogo
Laila Maia Galvão, doutoranda, Direito UnB
Laura Daviña, artista plástica
Libanio Cardoso Neto, professor, UNIOESTE-PR
Lilian Zaremba, roteirista e artista visual
Livia Garcia Roza, escritora
Livio Tragtenberg, compositor
Lúcia Szmrecsányi, Iepé
Luciana de Oliveira, Departamento de Comunicação Social, UFMG
Luiz Costa Lima, crítico literário e professor (PUC-Rio)
Luiz Otávio Ribas, IPMDS
Manaira Carneiro, diretora de cinema
Manuel Bueno, estudante de História, UFMG
Manuel Munhoz Caleiro, advogado e doutorando em Direito Econômico e Socioambiental, PUC-PR
Manuela Carneiro da Cunha, antropóloga, University of Chicago
Marcelo Sá de Sousa, museólogo
Marcelino Freire, escritor
Marcia Correa, atriz
Márcio Seligmann-Silva, professor, UNICAMP
Marco Antonio Valentim, Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Maria Betânia Amoroso, professora, UNICAMP
Marília Librandi-Rocha, Stanford University
Marta Amoroso, antropóloga, USP
Memélia Moreira, jornalista



Miguel Aparicio, antropólogo, doutorando no Museu Nacional-UFRJ
Movimento Brasil pelas Florestas
Núcleo de Antropologia do Direito – Universidade de São Paulo (NADIR/USP)
Oiara Bonilla, antropóloga
Orlando Calheiros, antropólogo e fotógrafo
Orlando Villas Bôas Filho, advogado e professor (USP; Mackenzie)
Ovidio de Abreu Filho, professor, Departamento de Antropologia da UFF
Pádua Fernandes, escritor, membro do Idejust (Grupo de Estudos de Internacionalização do Direito e Justiça de Transição)
Paola Barreto, cineasta
Pascal Rochette, artista plástico
Patrik Thames Franco, antropólogo, Unicamp
Paulo Maia, antropólogo, UFMG
Paulo Scott, escritor
Pedro Augusto Francisco, pesquisador, Centro de Tecnologia e Sociedade – FGV
Pedro Cesarino, antropólogo, USP
Pedro Mandagará, professor da Universidade Estadual de Roraima (UERR)
Pedro Rocha, antropólogo, doutorado pelo Museu Nacional-UFRJ, Funai
Polly Rosa, jornalista e mestrandia em Artes Visuais, USP
Rafael Saldanha, doutorando, IFCS-UFRJ
Rebeca Schwartz, psicanalista
Renan Honório Quinalha, advogado e militante em direitos humanos
Renata Lins, economista
Renzo Taddei, professor, Universidade Federal de São Paulo
Ricardo Domeneck, poeta
Ricardo Lísias, escritor
Ricardo Prestes Pazello, Professor de Antropologia Jurídica da UFPR e secretário nacional do IPDMS
Rosangela Barbosa, Núcleo de Antropologia do Direito-Universidade de São Paulo (NADIR-USP)
Sérgio Alcides, professor, UFMG
Sergio Cohn, Azougue Editorial
Sergio Flaksman, tradutor
Sérgio Medeiros, poeta e tradutor
Solange Viveiros de Castro, artista plástica
Susana Kampff Lages, professora (UFF) e tradutora
Tarso de Melo, escritor
Tássia Mendonça, Museu Nacional (UFRJ)
Uirá Garcia, antropólogo, Unicamp
Vanessa Nicola Labrea, mestrandia em Filosofia, PUC-RS
Vera Rodrigues, psicóloga no Rio de Janeiro
Verena Glass, jornalista
Veronica Stigger, escritora, curadora e crítica de arte



Boletim de Notícias - Edição nº 43./ 2014

Brasília, 10 de março de 2014.

Rio Xingu deixa mais de 1.200 desabrigados em Altamira (PA)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.03.2014

Mais de 1.200 pessoas estão desabrigadas no município de Altamira, no centro-norte do Pará, devido à cheia do rio Xingu.

De acordo com o levantamento feito pela Defesa Civil, comunidades ribeirinhas localizadas no entroncamento do Xingu com o rio Iriri estão completamente isoladas, onde o acesso por via terrestre não existe mais. A cheia do rio Xingu é resultado da intensificação da chuva nas principais cabeceiras, entre o norte de Mato Grosso e o sudeste do Pará.



Boletim de Notícias - Edição nº 43./ 2014

Brasília, 10 de março de 2014.

Rio Tocantins transborda e deixa desabrigados em Marabá e Tucuruí (PA)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.03.2014

O transbordamento do rio Tocantins no leste do Pará deixou famílias desabrigadas nos municípios de Marabá e Tucuruí, de acordo com a Defesa Civil.

Nesta sexta-feira (07), pelo menos mais de 800 pessoas já haviam sido encaminhadas para abrigos públicos em Marabá. Já em Tucuruí, 15 famílias foram retiradas de locais já alagados pelo Tocantins. O nível do rio do município chegou a 10,70 metros, quase três metros acima do nível máximo para a cota de alerta de enchente.



Rio Madeira deve superar 19 metros em Porto Velho (RO)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.03.2014

O nível do rio Madeira atingiu nesta sexta-feira (07), 18,93 metros às 14 horas (local) em Porto Velho. O maior nível de que se tem registro desde 1967 quando as medições tiveram início pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) do Serviço Geológico do Brasil e posteriormente pela Agência Nacional de Águas (ANA).

Segundo projeção da ANA, ao longo deste sábado (08), o rio deve superar a marca de 19 metros, um feito histórico para o monitoramento de um grande rio amazônico. Em sua atualização desta sexta-feira, a Defesa Civil estadual informou que quase três mil pessoas estavam desabrigadas no município, a maioria moradores de distritos totalmente inundados. A maior cheia até então registrada oficialmente em Porto Velho era de 17,51 metros em 08 de abril de 1997.

Acesso a cidades isoladas continua bloqueado por manifestantes em RO
SÍTIO G1/RO, 08.02.2014

*Agricultores e indígenas se dizem afetados com a falta de mantimentos.
MPF proibiu a abertura de uma nova rota por reserva natural.*



Linha de acesso está bloqueado desde quinta-feira, 6, por manifestante da região (Foto: Dayanne Saldanha/G1)

Os moradores de Nova Dimensão, distrito de Nova Mamoré (RO), seguem com a manifestação na estrada 421, rota alternativa usada para permitir o transporte de mercadorias até os municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, isolados por conta da cheia histórica do Rio Madeira. Com a estrada em péssimas condições, os moradores pedem a abertura de um acesso por dentro do Parque Estadual de Guajará-Mirim, obra que chegou a ser autorizada por órgãos estaduais, mas foi impedida por determinação do Ministério Público Federal por se tratar de uma área de reserva natural e indígena. A cheia do Rio Madeira atinge o afluente Araras, que interditou a BR-425, principal acesso para a fronteira com a Bolívia.

O protesto é pacífico, mas os ânimos já estão exaltados após a negativa da Justiça Federal. Segundo os moradores, os prejuízos são altos devido a falta de possibilidade de envio de produtos e acesso à mercadorias. "A gente vem sofrendo, perdendo tudo. Somos 14 mil

CONT.



habitantes nessas redondezas que estão ficando sem comida e sem remédio”, diz Afonso de Souza, agricultor. A estrada está fechada desde a quinta-feira (6), e só vai ser reaberta quando a Justiça Federal autorizar o manejo das máquinas pela estrada-parque, segundo os manifestantes.

Nova Mamoré e Guajará-Mirim estão ilhados desde o dia 14 de fevereiro, quando foi decretado o estado de emergência nas cidades. Para solucionar o problema do transporte de mercadorias até a região, foi criada uma rota alternativa através de Nova Dimensão, mas a má condição da estrada dificulta o tráfego de veículos. Para permitir o escoamento da produção, moradores às margens deste trecho pedem a abertura de um trecho de 11,5 quilômetros pelo parque estadual.

De acordo com os moradores, com o problema de acesso, os preços subiram muito e a gasolina, por exemplo, chega a custar R\$ 5 o litro. O preço do gás de cozinha subiu 100%.

Na sexta-feira (07), um ônibus com mais de 50 indígenas chegaram ao local para apoiar o movimento. Eles também se dizem prejudicados com a falta de mantimentos. “Viemos para ficar até liberar a estrada”, diz o cacique de uma comunidade indígena na Linha 14, próximo a Nova Dimensão, Isaias Oro Waran.

O professor indígena Eliseu Oro Nao também pede pela abertura da estrada. “O governo tem que fazer alguma coisa para liberar a estrada. Estamos precisando muito desse acesso”, conta.

O chefe de gabinete do estado, Waldemar Albuquerque, foi até o local do protesto para ouvir as reivindicações. Segundo ele, o governo do estado está ciente das dificuldades na região, que está praticamente ilhada, e que a única solução seria a abertura da estrada, entretanto nenhuma ação pode ser feita por conta da determinação do MPF. “Vamos fazer uma petição para a Justiça Federal, apontando as consequências da situação de emergência, em detalhes, para mostrar a realidade dessas pessoas que estão sendo afetadas por esse processo de enchente”, afirma o representante do Governo de Rondônia.

"Guajará-Mirim pede socorro"

Comerciantes e empresários de Guajará-Mirim se dizem preocupados com a dificuldade de abastecimento na região. Faltam itens básicos e medicamento na região. Diante da situação, a população realizou uma manifestação na noite de sexta-feira (7). Julio Miguel, funcionário público e fazendeiro, acredita que a manifestação surtirá efeitos: “Precisamos fazer com que as autoridades nos escutem. A abertura da estrada porque não é só importante, mas sim indispensável”, afirma.

Leonardo Kyshakevych, hoteleiro, conta que os prejuízos são grandes e sem prazo para solução. “Estamos indignados pelo isolamento de Guajará. É inacreditável! Estamos totalmente abandonados. Economia sufocada com demissões em massa e custos altíssimos com a falta de material na cidade”. O empresário afirma já ter demitido quatro funcionários e que o faturamento teve uma queda de 15%. “Não sei como vou fazer para sobreviver nesses

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 43./ 2014

Brasília, 10 de março de 2014.

próximos meses, já que não tem data para o isolamento acabar”, desabafa o empresário.

Sidney Dias de Oliveira, empresário do ramo de autopeças diz que a falta de mercadoria tem feito o faturamento despencar. “Queremos uma luz para resolver essa situação”, conta.

Depois da concentração na entrada da cidade, que reuniu cerca de mil manifestantes, o protesto seguiu em carreata pelas principais ruas da cidade, formando uma fila de aproximadamente 2 quilômetros, entre carros, motos, caminhões e bicicletas.



MPs conseguem da Justiça Federal liminar que impede o Ibama de autorizar o aumento da cota de Santo Antônio sem ouvir comunidades
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.03.2014

Decisão liminar garante o direito de novas audiências públicas às populações afetadas pelo aumento da área alagada da hidrelétrica

MPF RO

O Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público Estadual (MP/RO) obtiveram na Justiça Federal uma liminar que impede o Ibama de autorizar o aumento da cota do reservatório da Usina de Santo Antônio. A decisão judicial atendeu ao pedido dos MPs para que a elevação da área alagada só fosse permitida quando as comunidades afetadas tivessem oportunidade de participar de novas audiências públicas em suas localidades.

Em dezembro do ano passado, o MPF e o MP/RO questionaram na Justiça a falta de publicidade da audiência pública sobre a elevação da cota da usina de Santo Antônio. Entretanto, a Justiça negou o pedido e a audiência foi realizada no dia 18 de dezembro, em Porto Velho.

Em consequência, os MPs ingressaram com nova ação civil pública pedindo que fossem realizadas audiências nas comunidades remanescentes ou, ao menos, em alguns centros, permitindo que todos os que serão afetados pelo aumento da área alagada participem das discussões. A usina de Santo Antônio pretende aumentar a cota do lago de 70,5 m para 71,3 metros.

Os MPs alegaram na ação que não foi respeitado o prazo de 45 dias definidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente para disponibilização e conhecimento dos estudos sobre a elevação da cota do rio Madeira. Além disto, a população das vilas localizadas acima e abaixo da barragem de Santo Antônio não foram informadas da audiência pública, assim como as comunidades indígenas. Na época, nem mesmo os MPs foram notificados da realização da audiência. A decisão judicial que obriga a realização de novas audiências nas comunidades afetadas pode ser consultada no portal da Justiça Federal, Seção Judiciária de Rondônia, por meio do número 13395720144014100.

A Copa do Mundo não sei... A Constituição Federal é Nossa!

SÍTIO AMAZÔNIA LEGAL EM FOCO, 09.03.2014



Em protesto, índios mostram respeito à Constituição e criticam a PEC 215, defendida por ruralistas

Pode até não parecer, em especial na defesa dos povos indígenas, mas temos uma Constituição Federal (CF) – a sétima em evolução desde 1824 – que é clara em seus cinco elementos constitutivos: orgânicos (normas que regulam a organização do Estado e Poderes), sócio ideológicos (premissas filosóficas, sociológicas, políticas e ideológicas que a fundamenta) e limitativa (este último dispõe sobre normas que regulam os direitos e garantias fundamentais, limitando a atuação dos Poderes do Estado que são Executivo, Legislativo e Judiciário). Há, ainda, os elementos de estabilização e formais de aplicabilidade.

O 'guardião' da CF é o Supremo Tribunal Federal (STF) que precisa ser acionado pelas entidades que defendem o direito indígena no Mato Grosso do Sul, em caráter de urgência, onde há em curso genocídio indígena.

Na Carta Maior, Art 1º, III, (CF) está escrito "dignidade da pessoa humana". Trata-se do elemento mais forte consagrado aos brasileiros, "apesar de independer desta consagração constitucional para que o ser humano tenha o direito á existência digna".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 43./ 2014

Brasília, 10 de março de 2014.

Em seu artigo 5º, direitos e deveres individuais e coletivos, no parágrafo III, diz: "Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante". E aqui cabe uma pergunta: os Guarani-Kaiowá, que vivem sob ataques sistemáticos de pistoleiros a serviço do agronegócio, isso sem falar que não avançam na demarcação dos territórios reconhecidos como *tekohas* (terras sagradas), além da miséria vivendo debaixo de lonas na Faixa de Gaza Indígena não é desumano, degradante e revoltante?

Mais adiante, no parágrafo XLIV, lemos: "constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o estado democrático AQUI! Os indígenas são brasileiros natos e possuem ainda capítulo sobre seus direitos. Ler AQUI!

E no mesmo artigo, já em seu preâmbulo, assegura uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceito. Leiam.

É importante encerrar esclarecendo que não sou operadora jurídica – estudei Direito dois anos e desisti –, mas cidadã, ativista indígena e jornalista profissional indignada com o rasgar da Carta Magna no que tange aos direitos dos povos originários, já apelando para que entidades (Aty Guasu, Cimi, dentre outras) acionem o STF, cujo presidente é o ministro Joaquim Barbosa que também preside o Conselho Nacional de Justiça. E concluo apelando também ao embaixador dos povos indígenas da Amazônia, o diplomático cacique Raoni, para que defenda os irmãos do Mato Grosso do Sul.



Com cheia do rio Madeira, população enfrenta doenças e falta de alimentos no AM
SÍTIO R7, 09.03.2014

Prefeito informou que internações aumentaram em 10% desde que cheias começaram

A população da cidade de Humaitá (AM), a 600 km de Manaus, enfrenta problemas com doenças e a falta de alimentos com a cheia histórica que atinge o rio Madeira. O prefeito José Cidiney Lobo informou que as internações já cresceram 10% desde o início das fortes chuvas.

Foram registrados 309 casos de dengue, sete de hepatite tipo A, além de inúmeras viroses e doenças de pele. Na sexta-feira (7), o governo federal reconheceu situação de calamidade pública no município.

A Defesa Civil informou que distribui kits e pede que a população tome cuidado com a água, já que o abastecimento está suspenso em ao menos oito bairros.

O rio Madeira [atingiu] 24,69 metros, ultrapassando o recorde de 24,58 metros registrados em 1993. A previsão é que as tempestades permaneçam até o dia 16 de março.

Fen'Nó, uma guerreira: uma mulher, uma história, uma lenda
SÍTIO CIMI, 09.03.2014



Dona Ana, em 2010. Foto: Clóvis Britghenti (Cimi Sul)

Fen'Nó, nome Kaingang. Ana da Luz Fortes do Nascimento a chamaram os fóg (não indígena) quando foi lavrado seu registro de nascimento, já mocinha, em 18 de janeiro de 1917, na paróquia de Palmas/PR quando ainda o oeste catarinense pertencia a freguesia de Palmas. Nascida nos primórdios do século XX, quando o Toldo Chimbangue era habitado apenas pelos Kaingang; quando ainda tinha fartura de pinhão e o milho crescia sem adubo; quando as águas do rio Irani eram límpidas e os peixes eram fartos. Fen'Nó lembrava que no Toldo Chimbangue era um taquaral só, um erval, arrodiaava aqui por baixo. Taquaral! Taquara dessa grossura! Agora não tem nem pra fazer a peneira. Liquidaram tudo. Nosso remédio, o remédio do índio lavraram tudo, plantaram. Dizia que os fóg eram iguais a inço, ervas daninha que destruíram toda mata.

Forte não era apenas um nome, era também sua qualidade, sua virtude. Jamais deixou sua terra de nascimento, nas margens do Irani, mesmo quando o SPI fez acordo com o governo do estado de Santa Catarina para "limpar" o Toldo Chimbangue e transferir as famílias para a Terra Indígena Xapecó, em 1954, Fen'Nó se recusou a sair. Ficou sem assistência e proteção do Estado, mas manteve a raiz na terra natal. Mais tarde, em 1972 quando a colonizadora Luce

CONT.



& Rosa e Cia Ltda vendeu os últimos 100 hectares em que se encontrava a comunidade Kaingang ela se recusou a abandonar o local. Foi nesse momento que iniciou a luta que resultou na recuperação de 988 hectares em 1985 e mais 975 hectares em 2006. Fiel à tradição Kaingang nunca abandonou o local onde está enterrado seu umbigo, agora não só seu umbigo, mas todo o corpo.

Foi o “tronco velho” na luta pela terra. Liderou a mais intensa batalha pela posse da terra em plena ditadura militar. A luta pelo Toldo Chimbangue transformou-se num conflito que dividiu o país entre os que apoiavam os Kaingang e os apoiavam os fóg. Marcou época e abriu caminhos. Foi a primeira terra no Brasil devolvida aos indígenas depois de ter sido toda ela escriturada em nome de terceiros. Pessoas com mentes iluminadas como Dona Ana defendiam também a indenização e reassentamento aos agricultores. O medo da elite brasileira não era com as 100 famílias de fóg que lá viviam, mas era abrir precedentes para que os povos indígenas recuperassem todas as terras roubadas, grande parte delas nas mãos do latifúndio, era o medo de ser desmentida pela história condenada pela memória. Fen’Nó não teve medo. Também não vacilou! Ficou meses em Brasília, ora acampada na Esplanada, ora nos Ministérios e na Funai. Percorreu o sul do Brasil em busca de apoio da sociedade regional e dos parentes indígenas. Manteve a comunidade unida e coesa. A ação em torno da recuperação do Toldo Chimbangue influenciou também a mudança na Constituição Federal de 1988, especialmente o Art. 231.

Contava com o apoio incondicional de Dom José Gomes, bispo de Chapecó, a quem recordava com muito carinho: Ele vinha aqui tomar chimarrão. Eu ia lá também tomar chimarrão com ele. Ele vinha nas nossas festas, participava de nossos ‘banquetes dos inocentes’, ele vinha almoçar na mesa. Depois ele ficou doente..., sentimos muita falta dele!

Foi esteio na manutenção da tradição, cultura e língua Kaingang. Conhecia os desafios de transmitir os conhecimentos aos jovens, afinal foram longos anos de comunidade esfacelada, sem condições de viver as tradições. Lamentava que parte das novas gerações já não queriam escutá-la, não conseguiam compreender. Agora o que tem por aí é tudo novo. Tudo é novo! Não compreendem. Tá assim! Os novos não compreendem. Compreendem na aula, na escola. Meu sistema é outro, é! Meu sistema é outro!

No dia Internacional da Mulher de 1999, Fen’Nó foi homenageada na Câmara Municipal de Chapecó que reconheceu-a como pessoa que ajudou a construir a história do município. Justamente reconheceram-na como multiplicadora de luta pela terra e raiz da esperança.

No ano 2000 Fen’Nó foi protagonista do filme homônimo produzido pelo cineasta Penna Filho. Féndô – um tributo a uma Guerreira foi premiado como Melhor Vídeo Educativo no I Festival da Terra, em Brasília (2000), promovido pela CONTAG, e Menção Honrosa no 7º CineEco (Serra da Estrela, Portugal).

Ao partir, dona Ana levou consigo seu genro, Angelin Gandão, 66 anos, outro incansável guerreiro na luta pela terra, falecido um dia após Fen’Nó (07 de março).

Nome e alma de pássaro, Fen’Nó, voou para outros ares para fazer novas lutas. O sentimento não é de perda, ao contrário, é de agradecimento e de gratidão. Ao conceber a morte como

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 43./ 2014

Brasília, 10 de março de 2014.

uma passagem, Ana da Luz Fortes do Nascimento se transformou numa lenda na história indígena do oeste catarinense. Depois de 110 anos intensamente vividos seu tempo na terra findou, mas seu legado ficará para sempre registrado na memória dos Kaingang.



Operação em Terra Indígena de RR retira garimpeiros e desativa 30 balsas

SÍTIO G1, 09.03.2014

*Ação de combate ao garimpo ilegal tem apoio das Polícias Federal e Militar.
Korekorema está sendo realizada há um mês na Terra Indígena Yanomami.*

A operação 'Korekorema' realizada há um mês na Terra Indígena Yanomami, em Roraima, resultou em mais balsas e pista clandestinas desativadas, e garimpeiros retirados. Esta é uma ação conjunta entre a Fundação Nacional do Índio (Funai) e as Polícias Federal e Militar. A denominação 'Korekorema' significa 'panela velha' no idioma Yanomami.

Parte dos materiais apreendidos durante a operação estão na comunidade de Wakais. Entre eles estão, compressores de ar, carotes com combustível e um motor utilizado nas balsas para retirar o minério do fundo do rio. A maioria dos maquinários utilizados na atividade ilegal foram destruídos.

Ao todo, 30 balsas foram desativadas, uma pista destruída e 18 garimpeiros foram retirados da Terra Yanomami, sendo que seis deles se entregaram à polícia.

"Para evitar um confronto, usamos esta estratégia de retirar o transporte, alimentação e forçar os garimpeiros a se entregarem na base", disse o tenente da Polícia Militar José Lima.

A Funai montou bases em pontos estratégicos localizados às margens do rio Uraricoera, para evitar que os garimpeiros retornem à área.

"A previsão é que se encontrem mais de 50 garimpeiros no interior da floresta, uma vez que a Operação Korekorema é por prazo indeterminado", afirmou o coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Ye'kuana (FPEYY) João Catalano.

Crimes ambientais

Vários crimes contra o meio ambiente foram registrados na região por causa da prática ilegal do garimpo.

"Entre os principais crimes estão a poluição dos cursos de água, o desmatamento da vegetação, além da caça, que por estarem nesta área, acabam caçando para se alimentar", destacou o coordenador de policiamento ambiental, tenente Francisco Ponciano.

De acordo com o coordenador da Terra Yanomami Maurício Yekuana o maior prejuízo está na poluição dos rios. "Os garimpeiros usam e derramam nos rios mercúrio, gasolina e outros produtos químicos. Queremos que os rios Uraricoera, Mucajá e o Apiaú fiquem limpos", detalhou.



Suape: promessas não cumpridas (1)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.02.2014

Por Heitor Scalabrini Costa*

Promessas são compromissos assumidos por quem as faz. Seus ouvintes, em princípio, acreditam que serão cumpridas. Na política, lamentavelmente, não é assim. Faz parte de nossa cultura prometer algo que muitas vezes, sabe-se de antemão, não será cumprido. Mesmo assim se promete.

Em Pernambuco, de onde se “fala para o mundo”, se propagandeia que aqui nasceu a “nova política”. Que em nada difere da “antiga” praticada desde sempre. Todavia os marqueteiros batem nesta tecla, tentando arregimentar votos para o governador, pré-candidato na disputa presidencial.

Aqui se promete muito mais. E se cumpre menos ainda (será esta a “nova política”?). Vejamos o caso emblemático do Complexo Industrial Portuário de Suape, para alguns a redenção de Pernambuco, quicá do Nordeste e do Brasil.

No modelo adotado busca-se atrair refinarias, estaleiros, termoelétricas e petroquímicas – empresas que estão no topo das que mais agredem o meio ambiente. Acontece que o território do Complexo era habitado, há mais de meio século, por mais de 15 mil famílias nativas, todas dependentes da agricultura familiar e da pesca. Para se livrar desses posseiros indesejados, se iniciou um processo de expulsão com sérios impactos socioambientais. E é aí que começam as promessas, tanto para os moradores como para a sociedade pernambucana, visando justificar a insanidade da brutalidade que se cometia, contra o meio ambiente e contra os moradores da região. Algumas dessas promessas são citadas a seguir.

Em 2006 foi lançado o projeto do território Estratégico de Suape, integrado pelos municípios do Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Escada, Moreno, Ribeirão e Sirinhaém. O objetivo seria planejar o desenvolvimento desse território e evitar os impactos negativos da chegada dos grandes empreendimentos à Suape. Assim, se promoveria a ocupação ordenada do território de Suape, evitando-se danos sociais e ambientais. Transcorridos oito anos, o programa não passou da fase de planejamento e os problemas que poderia prevenir acabaram acontecendo, pois os empreendimentos chegaram e as ações prometidas não. Ademais, as demandas sociais se multiplicam, como habitação, saneamento, mobilidade, saúde, segurança e meio ambiente. O que houve neste período foi unicamente o aumento das expulsões de milhares de pessoas que habitavam a região.

Outro projeto de grande repercussão na mídia pernambucana foi o lançamento do programa Suape Sustentável, em junho de 2011. A proposta original era para desenvolver uma gestão integrada do Território de Suape, com a participação das administrações estadual e municipal, das empresas e universidades. O que se viu foi a continuidade do que já vinha sendo feito. Frustração para quem esperava um mínimo de planejamento naquele território.

CONT.



Na lista dessas ações estava a construção da agrovila Nova Tatuoca, prometida em 2007 aos moradores que foram expulsos para dar abrigo ao polo naval. Os ilhéus foram expulsos e nada de novas moradias. Novas promessas foram feitas e as primeiras unidades seriam entregues em dezembro de 2012, sendo a vila totalmente entregue até março de 2013. Nada! Agora é dito na imprensa que um conjunto de 73 casas, cada uma com menos de 40 m², será entregue antes que o governador deixe o cargo para concorrer à presidência da República. Todavia, denúncias apontam que além da fragilidade e precariedades destas construções, não haverá saneamento básico, e os dejetos das casas serão despejados diretamente no mangue.

Na área ambiental o desastre é calamitoso. A Assembleia Legislativa de Pernambuco autorizou diversos projetos de desmatamento. O mais devastador, contido na Lei nº 1.496, de 27 de abril de 2010, autorizou a supressão de vegetação permanente, correspondente a uma área de 17 ha de Mata Atlântica, 508 ha de mangue e 166 ha de restinga. Até hoje os moradores procuram os locais que Suape diz que reflorestou, propagandeando ter “zerado” o déficit ambiental naquele território. Também se arrasta há anos a construção do Centro de Tecnologia Ambiental (CTA), outra promessa dos gestores do Complexo de Suape.

Só mais uma, dentre tantas promessas não cumpridas, a relacionada à reforma da Estação de trem de Massangana e à chegada do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) até o complexo de Suape, que permanece no limbo, sem data para início nem para conclusão.

Bem, as promessas dos administradores de Suape e do governo do Estado ao longo dos anos mostram que fazê-las rende frutos, pois os que prometem são bem vistos e acabam sendo “premiados” com novas posições no governo do Estado (seria essa a “nova política”?).

E enquanto nada do prometido acontece, “corre solta” a propaganda com verbas públicas em Pernambuco.

*Professor da Universidade Federal de Pernambuco e Coordenador geral do Fórum Suape Espaço Socioambiental.



Prazo para famílias desocuparem terra indígena no Maranhão termina hoje

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.03.2014

Da Agência Brasil. Edição de Nádia Franco

O prazo dado pela Justiça Federal para que 427 famílias de não índios deixem voluntariamente a terra indígena Awá termina hoje (9). A terra está localizada no noroeste do Maranhão, nos municípios de Centro Novo do Maranhão, Governador Newton Bello, São João do Caru e Zé Doca.

O governo federal, que cumpre determinação judicial, está providenciando apoio logístico de transporte para os agricultores familiares que solicitarem ajuda para retirar os bens das áreas ocupadas. No entanto, vários agricultores notificados saíram da região antes do prazo e por meios próprios, informou, em nota, a Secretaria-Geral da Presidência da República.

A coordenação da Operação Awá, formada por equipe interministerial, dispõe de caminhões e veículos diversos para fazer a remoção das famílias e desconstruir moradias, cercas, estradas e demais edificações dentro da terra indígena.

De acordo com a nota, o governo federal assentará as 224 famílias que atendem aos critérios do Plano Nacional de Reforma Agrária. No total, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) cadastrou 265 famílias. Para atender as que têm perfil de reforma agrária, o Incra dispõe de dois assentamentos, Parnarama e Coroatá, com 570 vagas, o suficiente para incluir todos os posseiros. As famílias cadastradas terão ainda benefícios como Crédito Apoio e Fomento, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), vias de acesso, assistência técnica e políticas públicas como o Minha Casa, Minha Vida, Luz para Todos e Água para Todos. Todas as famílias de baixa renda notificadas receberão cestas básicas do governo federal.

A nota da Secretaria-Geral acrescenta que, além de cumprir sentença judicial, o governo ofereceu outros serviços à população da região. Foram emitidos 312 documentos, resultado do trabalho da equipe composta por servidores do Incra, Instituto de Identificação, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Delegacia Regional do Trabalho (DRT-MA). Eles estiveram na região para providenciar documentos como CPF, Carteira de Trabalho e Carteira de Identidade, necessários para o cadastro no Incra e no CadÚnico. Essa ação foi coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural.

No âmbito da operação, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) está fazendo o trabalho de medição para identificar a extensão do desmatamento ocorrido na área. Segundo análise feita a partir de imagens de satélite disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), com informações do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal (Prodes), de 2000 a 2009, a retirada de madeira e as invasões de posseiros devastaram mais de 30% da área, o que corresponde a aproximadamente 36 mil hectares desmatados.



Posseiros estão reconstruindo casas em terra indígena de MT, diz PRF

SÍTIO G1/MT, 09.03.2014

*PRF monitora atividades de posseiros que retornaram à T.I. Marãiwatsédé.
Posseiros foram retirados da área xavante por forças federais em 2013.*

Monitoramento da Polícia Rodoviária Federal (PRF) confirmou na última semana o processo de reconstrução das casas de posseiros na terra indígena (T.I.) Marãiwatsédé, de 165 mil hectares na região nordeste do estado. Ex-ocupantes do local demarcado como reserva xavante, posseiros voltaram às terras em janeiro, cerca de um ano após o início do processo de desintrusão da área levado a cabo contra eles por forças federais sob determinação judicial.

A reconstrução das casas já havia sido anunciada pela Associação dos Produtores da Suiá Missú (Aprosum), que representa os posseiros, mas foi confirmada na última sexta-feira pela PRF. Não é possível por enquanto averiguar a quantidade exata de pessoas presentes na reserva, uma vez que os invasores se espalharam pelas áreas correspondentes às suas antigas propriedades, mas as atividades observadas estão sendo todas reportadas em relatórios enviados pela PRF à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal (MPF), segundo informou o inspetor José Hélio Macedo.

Apesar da proteção federal, desde o retorno dos posseiros à terra indígena não houve registro de qualquer episódio de violência entre eles e forças policiais que monitoram a área. Por isso a reconstrução das casas segue sem interferências.

Na última sexta-feira (7), o presidente da Aprosum, Sebastião Prado, informou ao G1 que os posseiros que retornaram às terras estão empreendendo regime de mutirão há pelo menos 25 dias para levantar barracos e construções destruídas pelas tropas federais ou desmanchadas pelos próprios donos durante o processo de desintrusão iniciado em dezembro de 2012 e encerrado em abril do ano passado.

Segundo ele, de 400 a 500 famílias estão no local, número que a PRF afirma não haver possibilidade de atestar. Já um secretário da Aprosum presente na região, conhecido como Antônio "da Dora", relatou por telefone que até mesmo o gado dos produtores expulsos está sendo reintroduzido nas terras. Por enquanto, segundo ele, apenas os pequenos fazendeiros que ocupavam a terra estão retornando.

Invasão

Conforme explicou o presidente da Aprosum, o retorno dos posseiros é uma reação natural ao alegado descumprimento do compromisso feito pelo governo federal de assentar as famílias despejadas de Marãiwatsédé em programas de reforma agrária. Além disso, os antigos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 43./ 2014

Brasília, 10 de março de 2014.

ocupantes da terra demarcada apontam que houve fraude no processo judicial que resultou no mandado de desintrusão das terras com base na tese da Fundação Nacional do Índio (Funai) de ocupação tradicional xavante. "Nós não somos bandidos. E índio também nunca foi lá", protestou Prado.

Por conta da reocupação das terras de Marãiwatsédé por posseiros em janeiro, o juiz Ilan Presser, substituto da 1ª Vara da Justiça Federal de Mato Grosso, solicitou no final daquele mês ao Ministério da Justiça que fossem empregadas forças policiais para impedir a retomada da reserva em caráter de urgência. A PF e a PRF passaram a monitorar a área até que os invasores deixaram a parte central da reserva, conhecida como "Posto da Mata", e se dispersaram pelas antigas fazendas.

Desde então, além de não haver qualquer incidente violento na área, não houve notícia de prisão de qualquer posseiro. Por isso, no último dia 28 outro juiz substituto da 1ª Vara Federal, Diego Pares Moreira, reforçou o pedido de utilização das forças policiais determinando desocupação imediata da terra indígena, mas até agora também não há notícia de resultados produzidos pela decisão.



Conto "Mundurucu", de Beto Vianna
SÍTIO ÍNDIO É NÓS, 09.03.2014

No meio da mata virgem, nasceu Mundurucu. Seu grito de nascença foi tão esganiçado e esgoelado que a mãe (Mamãe Tupi, a mãe se chamava) previu que o neném recém-parido seria cria de dar tristeza: nem ia dar bom amante, nem bom caçador. Mamãe Tupi acertava no certo e errava no errado, porque o certo é que Mundurucu cresceu feio, fraco e franzino, ruim de namorar, de erguer o arco e ombrear-se com os primos no jogo do luta-luta. Mas o menino mostrou crescendo que tinha o dom de ser sabido e linguajeiro, de conhecer e assuntar as coisas do mundo, e assim compensava as alegrias faltantes com o excesso de outra.

Mundurucu cresceu e Mamãe Tupi pariu mais irmãzinhas e irmãozinhos pra ele. Lá pela décima segunda lua do ano de 1500 do Nosso Senhor, a oca bonita de Mundurucu estava cheia de gente. Viviam ali o irmão mais velho Sateré, a irmã mais velha Zoé, o irmão mais novo Urubu, a caçulinha Tupinambá, e, é claro, Mamãe Tupi, que gostava de todos os seus filhinhos mais do que a luz dos próprios olhos. Sateré era um caboclo valente, destro no arco, na rede e no anzol. Zoé era uma morena linda do queixo comprido. Urubu era um caboclo tagarela que só falava com as mãos (nunca com a boca) e todo mundo entendia o que Urubu falava usando as mãozinhas. Tupinambá era uma menininha arisca e briguenta que tinha o estranho hábito de comer os bonequinhos de barro que a Mamãe Tupi fazia pra ela brincar.

As tias e primos e primas de Mundurucu moravam nasocas ladeiras. Na oca do norte morava Mamãe Aruaque com as filhas fêmeas Baniva e Tariana e os filhos machos Iaualapiti e Baré. As filhas e filhos de Mamãe Aruaque eram os maiores comedores de farinha da aldeia. Quando falavam, cuspiam farinha pra todo lado, e por isso os primos e primas das outrasocas só conversavam com eles usando uma máscara de palha de buriti. Na oca do centro morava Mamãe Jê, com suas filhinhas Carajá, Xacriabá e Timbira, e seus filhinhos Bororo, Crenaque, Xavante e Maxacali. A oca de Mamãe Jê era a mais espaçosa e mais cheia de criançada, e assim, todos os primos e primas dasocas todas gostavam de passar ali juntos o esconder do sol, brincando até se faltar de luta-luta e de beija-beija. Na oca do oeste morava Mamãe Ianomâmi. Mamãe Ianomâmi só teve uma filha, e, sem saber que nome dar à menina, deu o seu próprio: Ianomâmi. Pra diferenciar as duas, as tias e primos e primas das outrasocas chamavam a mamãe de Mami, e a filhinha de Ianô.

Nenhum caboclinho ou caboclinha conheceu o pai deles todos. As mães contavam uma história que é assim: há muitas e muitas luas, surgiu na praia do leste uma canoa muito grande, chamada caravela. Dela desembarcaram caboclos brancos, barbados e fedorentos, com cabelos de várias cores (pretos, amarelos, vermelhos) e empunhando finos tacapes prateados. Embrenharam-se na floresta do Norte Maltrapilho e, anda que anda, encontraram finalmente a nossa aldeia. O caboclo branco mais esperto de todos tinha cabelos pretos e se chamava Però. Ele disse a seus amigos de cabelos amarelos e vermelhos pra voltarem à praia, porque ia cair uma tempestade e era capaz da caravela afundar. "Podem deixar, que eu fico aqui, tomando conta da aldeia". Assim que eles foram embora, Però tomou as mães pelos

CONT.



braços, levou-as pra dentro da oca da Mamãe Tupi (que era a oca mais bonita), deitou-se na rede mais larga e fez muita brincadeira de beija-beija com as quatro mães.

Os amigos de Perú nunca que voltavam, e ele ficou na aldeia por muitas luas, brincando de beija-beija todos os dias e vivendo como um rei. As mães caçavam, colhiam, pescavam e cozinhavam pra ele, e ele ainda pedia pra elas cortarem troncos de pau-vermelho e empilharem os troncos na entrada da aldeia. Passadas nove luas, os amigos de Perú voltaram em uma noite escura e recolheram os troncos de pau-vermelho, levando embora toda a madeira morta. Perú ficou muito zangado, e nem bem amanhecia, partiu numa nuvem fria com seu tacape prateado, sumindo mata adentro em direção a uma terra chamada Sul Maravilha. Nunca mais ninguém o viu. Foi das sementes brancas de Perú, plantadas nas barrigas vermelhas das quatro mães, que nasceram todos os caboclinhos e caboclinhas da aldeia.

A maioria das crianças não acreditava muito na história das mães, e preferia acreditar em Ianomâmi, a priminha que eles chamavam de Ianô. Como era filha única, Ianô era chapiripé, ou seja, meio mágica e vidente das coisas do mundo e do além-mundo pra frente e pra trás. Ela contava que os primos e primas tinham nascido, na verdade, da brincadeira de beija-beija do deus Omama com a filha do monstro aquático Teperesiqui. Quando os caboclinhos e caboclinhas começaram a nascer, Omama ficou preocupado deles crescerem sozinhos na mata e enviou ao mundo as quatro mães, para que cada mãe cuidasse de um punhado de caboclinhos e caboclinhas segundo a sua espécie, dando a cada um deles um nome, segundo a sua espécie.

Mundurucu era o único que acreditava tanto na história de Ianô quanto nas histórias das mães. E queria porque queria sair da aldeia e ganhar mundo, embrenhando-se mato adentro em direção ao Sul Maravilha, nas pegadas de Perú. O único jeito de fazer Mundurucu sossegar era a Mamãe Tupi contar histórias maravilhosas do Sul Maravilha.

Contava que ali há uma cidade ("o que é cidade, mamãe?") chamada Belo Horizonte, no sopé de um belo monte e com ocas muito compridas que nem cupinzeiros, onde vivem espremidos montões de caboclos e caboclas. Contava que os caboclos e caboclas de Belo Horizonte correm mais rápido que qualquer onça, não com as próprias pernas, mas ajuntados dentro de enormes tatus prateados, que rolam pela cidade adentro. Que os caboclos e caboclas não precisam pescar, nem colher, nem caçar. É só ofertar aos caboclos de pele branca umas folhinhas de acapu pintadas de jenipapo, e esses caboclos dão pra gente tudo o que se possa querer: carne, farinha, fruta, mandioca, cauim prontinho já fervido na cumbuca... até água! Contava que esses caboclos de pele branca têm tantas folhinhas pintadas que nem precisam cozinhar: é só dar ordenança, que as caboclas de pele preta, muito obedientes, fazem todo o cozinhamento pra eles. E que essas caboclas de pele preta são muito boas também pra dar faxina na oca. Elas sabem deixar aquelas ocas enormes, compridas que nem cupinzeiros, brilhando como fossem o próprio sol.

Mundurucu dormia ouvindo as histórias à noite, e de manhã já acordava com vontade de conhecer a cidade ("o que é cidade, mamãe?") de Belo Horizonte, com suas ocas compridas que nem cupinzeiros, com seus tatus prateados, com suas folhinhas pintadas de jenipapo, com seu cauim prontinho já fervido na cumbuca, com seus ricos caboclos de pele branca e suas

CONT.



faceiras caboclas de pele preta.

Mamãe Tupi ficou com muita raiva, pois sabia que as histórias que ela contava só faziam aumentar a querência desatinada do filho de ganhar mundo e conhecer o danado do Sul Maravilha. Então Mamãe Tupi, que não era boba nem nada, e era sabida da fraqueza franzina de Mundurucu, disse pro menino: "Escuta, curumim meu. Se você quer mesmo ganhar o mundo, não posso dizer que não. Mas você é fraco e franzino, e o mundo fora da aldeia é cheio de malvadezas de gente forte. No dia em que você derrubar, só com os seus dois pezinhos, o tronco da árvore do acapu que dá sombra à nossa aldeia, eu deixo você partir sem dizer uma palavra que for".

Desde esse dia, todo dia de manhãzinha, Mundurucu pulava da rede e corria pra árvore do acapu. Jogava os dois pés com toda a sua força no tronco e ficava esperando a árvore despencar. E dia após dia, nada que nada do acapu cair. Mas se Mundurucu era fraco de corpo, nem queria saber de fraquejar em desistências. Depois de luas e luas machucando os pezinhos na tentativa de derrubança do acapu, foi consultar Ianomâmi, que os primos e primas chamavam de Ianô, e era chapiripé, meio mágica e vidente das coisas do mundo e do além-mundo pra frente e pra trás. Ianô disse pra Mundurucu não se preocupar. Que logo, logo, ia acontecer uma desgraça na aldeia, e essa desgraça ia ser a graça de Mundurucu, pois ele ia ter que abandonar a aldeia e fugir mata adentro, na direção que ele quisesse. Mas se a desgraça era inevitável, a graça só ia acontecer se toda manhã, depois de tentar derrubar o tronco do acapu, Mundurucu subisse lá no alto da árvore, e olhasse em direção ao sul.

Mundurucu chorou de tristeza. Queria muito bem à aldeia, à mãe e às tias, aos irmãos e irmãs, aos primos e primas, e como Mundurucu era sabido, sabia que a desgraça tinha mesmo de acontecer, pois sabia que Ianô sabia das coisas pra frente e pra trás. Fez o que Ianô disse. E feito o dito, dito e feito. Uma manhã se ouviu de longe um barulho medonho, barulho de água crescendo, barulho de água chegando. A água invadiu a aldeia e afogou todo mundo. A água matou de afogamento as quatro mães e todos os caboclinhos e caboclinhas. Quase todos. Sobrou Mundurucu, que no exato momento em que as águas principiavam a lamber a entrada sul da aldeia, estava trepado lá em cima, no galho mais alto do acapu. Pra alertar os parentes, Mundurucu piou um pio forte de macaco guariba, mas era tarde demais. Só Mundurucu viu que as águas não vieram sozinhas, por vontade própria, e nem por ordenança do deus Omama ou por malvadeza do monstro aquático Teperesiqui. Olhando em direção ao sul, o menino viu um amontoado de caboclos brancos e barbados que, com a ajuda de seus tatus prateados, acabava de erguer imensas paredes de pedra atravessando o grande rio do sul. "São os amigos de meu pai Però", pensou Mundurucu. "São os caboclos de pele branca do Sul Maravilha".

Depois que as águas se acalmaram, Mundurucu desceu do acapu, nadou até a parte seca da floresta e vagou mata adentro, seguindo o rumo do Norte Maltrapilho. O menino, que era sabido, nunca mais quis saber do Sul Maravilha.

Minibiografia

Beto Vianna estudou a língua dos macacos, é professor de línguas humanas e há cinco anos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 43./ 2014

Brasília, 10 de março de 2014.

escreve pra adultos e crianças no Livro de Graça na Praça. Publicou uns livros, arriscou alguns poemas de amor e é pai de Tábata e Ariel.

Publicado originalmente pelo Projeto Livro de Graça de Belo Horizonte, em 2013.



ABA lança edital do V Prêmio Claude Lévi-Strauss, referente a 2014

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.03.2014

A Associação Brasileira de Antropologia está lançando a quinta edição do Prêmio Lévi-Strauss. O Concurso é uma homenagem à contribuição de Claude Lévi-Strauss à Antropologia e visa estimular novas carreiras e dar visibilidade à produção original e de grande qualidade acadêmica de pesquisas desenvolvidas na graduação, em universidades brasileiras.

O Concurso é de âmbito nacional e os concorrentes podem se inscrever em duas modalidades:

(a) Melhor pôster de Iniciação Científica em Antropologia, inscrito, exposto e apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, que terá lugar em Natal (UFRN), entre 3 e 6 de agosto de 2014; ou

(b) Melhor artigo de recém-graduado, com resultado de pesquisa antropológica desenvolvida na graduação em universidades brasileiras.

Informações detalhadas podem ser encontradas da página da 29ª RBA (<http://www.29rba.abant.org.br/>) (clique).



ONGs indigenistas sugam dinheiro da saúde indígena

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 09.03.2014

O Ministério da Saúde gastou irregularmente R\$ 6,5 milhões que deveriam ser destinados a comunidades indígenas entre 2010 e 2012, segundo a Controladoria-Geral da União (CGU). Entre os problemas apontados estão o pagamento de diárias por viagens que não ocorreram, gastos com locação de veículos sem a comprovação do serviço e o pagamento em duplicidade de equipes de saúde indígena. As irregularidades foram detectadas em auditorias feitas pela CGU entre 2012 e 2013 em 2 dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas, os chamados DSEIs.

Os DSEIs são subordinados à Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena), órgão do Ministério da Saúde criado no fim de 2010 para assumir a saúde indígena no lugar da Funasa (Fundação Nacional da Saúde), alvo de denúncias de irregularidades. As auditorias, porém, mostram que os problemas permanecem. Os relatórios foram enviados ao Ministério Público Federal que tende a se omitir nesses casos para não levantar marola contra os indigenistas.

Atualmente, o ministério terceiriza para três ONGs a mão de obra para a saúde indígena e paga anualmente cerca de R\$ 500 milhões à Missão Evangélica Caiuá, à SPDM (Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina) e ao Imip (Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira). Segundo a CGU, houve duplicidade no pagamento de equipes de saúde indígena no DSEI que abrange Espírito Santo e Minas Gerais.

A CGU diz que o Ministério da Saúde pagou cerca de 50 funcionários terceirizados por meio da Missão Evangélica Caiuá e também repassou recursos para seis prefeituras pagarem os mesmos profissionais, gerando despesa indevida de R\$ 1,3 milhão. O relatório também aponta que o DSEI gastou R\$ 2,1 milhões com locação de veículos sem a devida comprovação do serviço e que houve descontrole no pagamento de diárias de viagens. Já no DSEI Araguaia (MT) foram apontados problemas estruturais, como veículos quebrados sem uso e grande quantidade de medicamentos vencidos e estocados.

Recentemente a Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal aprovou um requerimento da Senadora Katia Abreu pedindo que o Tribunal de Contas da União (TCU) faça auditorias em entidades que recebem recursos para assistir populações indígenas. Entre as instituições que serão investigadas a pedido da Senadora estão a Missão Evangélica Caiuá, o Centro de Trabalho Indigenista, o Conselho Indígena de Roraima e a Operação Amazônia Nativa.



A cada 100 índios mortos no Brasil, 40 são crianças. O que isso prova?

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 09.03.2014

Um levantamento da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) revela que indicadores da qualidade do serviço de saúde prestado aos índios estão em patamar muito inferior aos do resto da população.

Os dados detalham todas as mortes de índios registradas desde 2007 em cada um dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), que englobam uma população de cerca de 700 mil índios.

Nas últimas décadas, avanços no sistema de saúde reduziram as mortes por doenças infecciosas e parasitárias entre os brasileiros não índios para 4,5% do total. Entre os índios, o índice é de 8,2%.

Hoje quase a metade das mortes no Brasil se deve a doenças mais complexas e difíceis de tratar: problemas no aparelho circulatório (30,7%) e câncer (16,9%). Já entre os índios doenças respiratórias, como gripes que evoluem para pneumonia por falta de tratamento, ainda são a principal causa de morte (15,3%).

Para o médico Douglas Rodrigues, especialista em saúde indígena da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), a alta mortalidade entre crianças mostra que atendimento a índias gestantes e recém-nascidos ainda deixa muito a desejar.

Ele diz que as mortes de índios por doenças infecciosas têm duas razões principais: a maior vulnerabilidade de alguns grupos mais isolados a essas doenças e falhas na assistência médica. "O mais grave é que essas doenças são evitáveis. Não dá para aceitar que em pleno século 21 tantos índios morram por doenças infecciosas."

Em 1999, a União assumiu a responsabilidade pela saúde indígena, que passou a ser gerenciada pela Funasa (Fundação Nacional de Saúde). Em 2010, com a criação da Secretaria Especial da Saúde Indígena (Sesai), subordinada ao Ministério da Saúde, as ações passaram a ser geridas por um órgão exclusivamente voltado aos índios.

No entanto, segundo o professor, as mudanças interromperam uma acelerada melhora nos índices verificada até o início da última década. No Brasil, a mortalidade infantil em 2011 foi de 15,3.

"Saiu-se de uma situação de quase desassistência aos índios e foi se aumentando o número de pessoas e lugares em que há profissionais, o que teve um impacto muito grande. Mas depois de 2005 houve uma estabilização, o que é preocupante", diz Rodrigues. "Agora é o momento de fazer um ajuste fino, de melhorar a qualidade".



A questão indígena é um problema de importância vital para o país, mas ninguém se interessa em resolvê-lo, por Celso Serra

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 09.03.2014

É inacreditável e inconcebível o descaso brasileiro em relação à chamada questão indígena. As diversas tribos estão abandonadas à própria sorte pelo governo, o que facilita a atuação das ONGs estrangeiras que assediam as tribos, interessadas não somente nas reservas minerais da Amazônia, mas também nas múltiplas riquezas da biodiversidade.

Os índios estão em pé de guerra, já tentaram até invadir o Palácio do Planalto, e sonham com a independência territorial, política e econômica, que lhes é garantida por dois importantíssimos tratados internacionais assinados pelo governo brasileiro nas gestões de Fernando Henrique Cardoso e de Lula.

O problema surgiu no final do governo FHC, quando o Brasil estranhamente aprovou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, cujo texto nos obriga a aceitar passivamente o direito ilimitado de propriedade e posse de terras pelas tribos indígenas. Depois, em 2007, no segundo mandato de Lula, o Brasil aprovou na ONU a Declaração Universal dos Direitos das Nações Indígenas, que ratifica e amplia os termos da Convenção da OIT, dando independência e autonomia total aos territórios indígenas, que teoricamente agora têm direito de se transformarem em países independentes.

COM FORÇA DE LEI

A Convenção 169 foi ratificada pelo Congresso e outorgada pelo governo Lula, tem força de lei federal e está em pleno vigor, alimentando as aspirações emancipacionistas das tribos indígenas. Já a Declaração da ONU até hoje não foi enviada ao Congresso pelo governo. Ou seja, ainda não tem força de lei. Mas como foi efetivamente aprovada na ONU pelo governo do Brasil, e isso tem um significado político muito forte, não há dúvida.

Importante notar que, entre os países independentes que tinham muito a perder por ainda terem populações consideradas "nativas", o Brasil foi o único a admitir essa cessão de sua soberania sobre parte do território nacional, o que significa deixar de deter o controle sobre cerca de 20% do país (incluindo as áreas indígenas ainda em processo de demarcação).

SÓ 17 PAÍSES ASSINARAM...

Veja-se o que aconteceu na Organização Internacional do Trabalho, que é formada por 185 países-membros. Na hora de decisão, apenas 17 nações aprovaram a Convenção 169, entre elas o Brasil, enquanto 168 países se recusaram a aceitá-la, inclusive os Estados Unidos, que também se negaram a assinar a Declaração pretendida pela ONU.

Agora, o governo do Brasil só tem prazo até 24 de julho de 2014 para anular a ratificação da
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 43./ 2014

Brasília, 10 de março de 2014.

Convenção 169 da OIT. A decisão cabe exclusivamente à presidente Dilma Rousseff, mas será que ela tem conhecimento da existência desses importantes tratados internacionais, estranhamente aprovados pelo Brasil? E quem se interessa por assunto tão sem importância?

Enquanto isso, as tribos estão à míngua, como ficou demonstrando no recente caso ocorrido em Humaitá, no Amazonas, com a cobrança de pedágio na Rodovia Transamazônica e o trucidamento de três cidadãos brasileiros que trafegavam naquela estrada.



Programa Indígena recebe inscrições

SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 09.03.2014

O Programa Vale-Universidade Indígena recebe até o dia 14 de março as inscrições dos candidatos interessados em participar do processo seletivo 2014. O acadêmico deverá realizar sua inscrição por meio do site www.setas.ms.gov.br, onde estão disponíveis a lei, o decreto e a resolução que normatizam o programa. O programa é voltado exclusivamente aos acadêmicos indígenas matriculados em curso de graduação na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

O Governo do Estado do Mato Grosso do Sul operacionaliza o Programa Vale-Universidade Indígena com o objetivo de dar oportunidade para o estudante universitário indígena da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), mediante a concessão de benefício social, ter o contato com o meio profissional enquanto realiza o seu curso, facilitando assim o aprendizado e o relacionamento entre a teoria e a prática.

O programa é facilitador para acadêmicos indígenas de baixa renda que, com o benefício social e a realização das atividades, podem desenvolver sua capacidade profissional com mais possibilidade de se dedicarem aos estudos e aprimorarem a sua formação profissional.

Programa

O benefício social disposto pelo Programa Vale-Universidade Indígena é oferecido em forma de auxílio financeiro e os acadêmicos habilitados no PVUI recebem o benefício social no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais e auxílio para transporte até o local de execução das atividades, em doze horas semanais e cumpridas em quatro horas diárias, no valor de R\$ 46,00 (quarenta e seis reais) mensais, em órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, municipal ou Organizações Não Governamentais (ONG), indicadas pela Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social, por meio da Superintendência de Projetos Especiais, que estabelecerá os demais procedimentos necessários.

Sob a égide da lei nº 3.783, de 16 de novembro de 2009 e do decreto 12.896, de 21 de dezembro de 2009 e resolução Setas nº 130, de 22 de outubro de 2013, que regulamentam o Programa Vale-Universidade Indígena, operacionalizam-se as vagas, cujas inscrições para o Processo Seletivo ocorrem uma vez ao ano, e são realizadas exclusivamente no site www.setas.ms.gov.br, bastando clicar no banner do programa.

Para pleitear o benefício, os interessados devem estar matriculados em curso de bacharelado ou licenciatura nos termos da legislação vigente, lei nº 3.783, de 16 de novembro de 2009; decreto nº 12.896, de 21 de dezembro de 2009 e resolução nº 130, de 22 de outubro de 2013; possuir o Registro Administrativo de Nascimento Indígena - Rani; comprovar renda familiar igual ou inferior a três salários mínimos e residir no Estado de Mato Grosso do Sul há mais de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 43./ 2014

Brasília, 10 de março de 2014.

dois anos, além de não possuir outro curso de graduação de nível superior e não ser favorecido por qualquer outro tipo de benefício remunerado ou de auxílio financeiro com a mesma finalidade deste programa. O acadêmico que estiver habilitado no programa deverá ter frequência regular nas aulas de no mínimo 80% e não possuir reprovações.



Polícia investiga mortes em aldeia indígena de Dourados, MS

SÍTIO G1/MS, 09.03.2014

*Corpos de mulher e de homem foram encontrados neste domingo (9).
Polícia suspeita que vítimas tenham sido golpeadas na cabeça.*

A Polícia Civil investiga a morte de uma mulher, de 34 anos, e de homem, de 42 anos, na aldeia indígena Bororó, em Dourados, distante 225 km de Campo Grande. Segundo informações do boletim de ocorrência, os corpos dos dois indígenas foram encontrados na manhã deste domingo (9).

A equipe de perícia da Polícia Civil esteve no local. O corpo da mulher foi encontrado dentro de uma residência da aldeia e o do homem embaixo de uma árvore, a aproximadamente 20 metros da casa.

Segundo a polícia, os corpos estavam em estado de decomposição avançado. A suspeita é que eles tenham morrido após serem golpeados na cabeça com algum objeto.

O caso foi registrado como homicídio doloso (quando há a intenção de matar) na Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário (Depac) de Dourados. A polícia ainda não tem informações sobre suspeitos pelo crime.

CGU vê ágio de 8.691% em remédios para índios

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 10.03.2014

Remédios comprados pelo Ministério da Saúde para a saúde indígena custaram até 8.691% mais que outras compras feitas pela pasta.

A constatação foi feita pela CGU (Controladoria-Geral da União) sobre a prestação de contas anual da Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) de 2012, em relatório revelado anteontem pela Folha que aponta problemas no controle interno do órgão.

A Sesai é o órgão do Ministério da Saúde criado no fim de 2010 para cuidar especificamente da saúde indígena. Os problemas na saúde indígena estão sob investigação do Ministério Público Federal, que recebe frequentes denúncias dos índios sobre a baixa qualidade do serviço.

Em uma análise por amostragem em Pernambuco, Rondônia e Tocantins, a CGU constatou que os DSEIs (Distritos Sanitários Especiais Indígenas) compraram medicamentos usando cartões corporativos do governo federal.



Índios cambéba dançam para homenagear profissionais da saúde depois de serem vacinados contra a gripe, em aldeia no rio Cueiras, no Amazonas

A auditoria comparou os preços de aquisição dos medicamentos no DSEI de Pernambuco, e constatou que estavam até 8.691% maiores do que dos mesmos remédios comprados por

CONT.



licitação feita pelo Ministério da Saúde.

O caso mais grave foi a compra de 60 comprimidos de besilato de anlodipino, droga para hipertensão, ao custo de R\$ 98 via cartão corporativo ante R\$ 1,10 via licitação. Esses casos teriam provocado um pagamento de R\$ 1.765,39 a mais só em Pernambuco, aponta o relatório.

Os cartões corporativos teriam sido usados acima do limite de R\$ 800 por compra, para itens como peças de veículos e remédios. Em geral, a CGU aponta falhas na gestão e fragilidades no controle interno da Sesai.

OUTRO LADO

Em nota, o Ministério da Saúde não comenta as diferenças apontadas, mas afirma que implantou um sistema nacional de gestão da assistência farmacêutica nos 34 DSEIs.

"O sistema permite avaliar a quantidade necessária para o abastecimento e a formação de estoque estratégico, evitando desperdícios e garantindo fornecimento de medicamento de acordo com a necessidade dos indígenas. Os DSEIs contam com farmacêuticos contratados pelo Ministério da Saúde para acompanhar a dispensação dos medicamentos", diz a nota.



Projeto Poço de Carbono Juruena realiza ação de Educação Ambiental em Terra Indígena

SÍTIO RURAL CENTRO, 10.03.2014

Três etnias indígenas de Mato Grosso participaram de uma gincana ecológica promovida pelo projeto Poço de Carbono Juruena, executado pela Associação de Desenvolvimento Rural de Juruena (Aderjur), com patrocínio da Petrobras por meio do Programa Petrobras Ambiental. A gincana foi realizada na terra Indígena Apiaká-Kaiaby, em Juara, Noroeste de Mato Grosso, onde participaram mais de 300 indígenas de 4 escolas, entre alunos, pais e professores, no final de fevereiro.

A ação faz parte de uma parceria firmada entre o projeto Poço de Carbono Juruena, a Funai e as associações da Terra Indígena, que vem facilitando a abertura de novos mercados para a castanha do Brasil coletada pelos indígenas daquela área. De acordo com Elaine da Silva Rashii, coordenadora pedagógica do projeto, o evento foi realizado com intuito de fortalecer a valorização da cultura indígena e da cadeia produtiva da castanha. "Nós estamos estimulando crianças, jovens e educadores na formação de uma consciência ambiental, reconhecendo na comercialização de produtos florestais não-madeireiros uma alternativa sustentável de gestão do território e de geração de renda para as comunidades indígenas", argumenta.

A gincana ecológica trabalhou de forma lúdica a valorização da floresta e da biodiversidade, além da valorização do conhecimento indígena. Foram apresentadas peças de teatro, realizadas coletas de sementes, listagens de espécies de árvores e de peixes comuns nas florestas e rios da terra indígena, além de animadas competições de cabo de guerra e de arco e flecha.

"É muito importante para nossa comunidade receber uma visita assim, esse trabalho vem reforçar a necessidade que já estamos sentindo de resgatar conhecimentos do nosso povo, ajudando as crianças a valorizar a cultura e os costumes, que estão diretamente ligados a floresta e aos animais", explica a diretora da Escola Indígena da Aldeia Tatuí, Dineva Maria Kayabi. "Esta ação era um sonho da nossa escola e serviu como um impulso, junto com pais e professores vamos continuar trabalhando o resgate cultural do nosso povo", complementa. Além da Aldeia Tatuí, as atividades também foram desenvolvidas nas Aldeias Mayrob e Munduruku.

O Projeto Poço de Carbono Juruena distribuiu também diversos materiais pedagógicos, como livros, cartilhas, folders, mochilas e cadernos para estudantes e professores.



Direito à terra indígena está acima de título de propriedade

SÍTIO OAB/RJ, 10.03.2014

Fonte: revista eletrônica Consultor Jurídico

À vista da Constituição, os chamados "direitos originários indígenas", reconhecidos como mais antigos do que qualquer outro, preponderam sobre os direitos adquiridos, inclusive sobre aqueles materializados em escrituras públicas ou títulos de legitimação de posse em favor de não-índios.

O argumento levou a 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região a negar Apelação de um fazendeiro do Paraná, que tentou derrubar na Justiça os efeitos da Portaria 1.794/2007, que versa sobre a demarcação de terras indígenas. O colegiado entendeu que, em face do que reza a atual Constituição, não poderia valer a coisa julgada constituída no ano de 1940. Até porque as partes acionadas no processo não estavam presentes à época, e nem havia menção ao direito dos indígenas.

O relator do recurso, juiz federal convocado Sérgio Renato Tejada Garcia, observou que não se exige a imemorialidade da ocupação para identificar uma terra como indígena. Ou seja, não é preciso que a comunidade indígena fixe sua habitação em toda terra reivindicada, que a ocupe fisicamente, mas que ela seja essencial para a sua subsistência, o desenvolvimento das atividades tradicionais e a preservação da herança cultural.

"Assim, é de suma importância não descuidar os preceitos constitucionais e os tratados internacionais que visam salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência", escreveu no acórdão, lavrado na sessão do dia 15 de janeiro.

O autor foi à Justiça com o objetivo de anular os efeitos da Portaria 1.794/2007, de 31 de outubro de 2007, do Ministério da Justiça, na parte que declarou a Fazenda Passo Liso como área de tradicional ocupação dos índios caingangues. A propriedade se localiza no município de Laranjeiras do Sul, no Paraná.

Sustentou que a norma ofende o instituto da coisa julgada, constituída nos autos de medição e divisão sob o número 129, de 1940, que tramitaram perante a Justiça Estadual da Comarca de Guarapuava. A ação anulatória foi proposta em face da União, do Estado do Paraná e da Fundação Nacional do Índio (Funai).

A juíza substituta Fernanda Bohn, da 1ª Vara Federal de Guarapuava, acenou com a literalidade do artigo 472 do Código de Processo Civil, que assim dispõe: "A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros. Nas causas relativas ao estado de pessoa, se houverem sido citados no processo, em litisconsórcio necessário, todos os interessados, a sentença produz coisa julgada em relação a terceiros".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 43./ 2014

Brasília, 10 de março de 2014.

Da leitura deste dispositivo, extrai-se que, como regra geral, a sentença constitui coisa julgada apenas inter partes; ou seja, apenas em relação às partes que integraram a lide - reforçou a magistrada.

Para a julgadora, os documentos anexados à petição inicial não demonstram que a União e/ou a Funai tenham sido partes no processo judicial proposto no ano de 1940, motivo pelo qual tais entidades não são atingidas pela coisa julgada produzida naqueles autos.

"Restam afastadas, ainda, as hipóteses de coisa julgada com efeitos erga omnes [vale para todos] excepcionalmente previstas no artigo 103 do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) e no artigo 16 da Lei de Ação Civil Pública (Lei 7.347/85). Logo, a improcedência do pedido é a medida que se impõe", definiu a juíza.



Deputado vai interceder por comunidade indígena

SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 10.03.2014

O deputado Luizinho Goebel (PV) se reuniu em Chupinguaia com lideranças e membros da Aldeia Tubarão. Eles solicitaram do parlamentar benefícios para a comunidade indígena Aikanã, em especial na área de transporte para alunos e estradas.

Segundo o líder indígena Luzeu Aikanã, a Aldeia Tubarão Latundê tem cerca de 14 alunos cursando o ensino médio, que ainda não estão estudando pela falta de transporte escolar, de responsabilidade do governo do Estado. Eles necessitam do deslocamento desde a Capa 80, cerca de 20 quilômetros, até a cidade para cursar o ano letivo.

O transporte dos alunos Aikanã para a escola é dificultada também pelo precário estado da Capa 80, outra reivindicação da comunidade indígena. "Além da falta de transporte para os alunos também convivemos com a estrada em péssimas condições de tráfego para o deslocamento seja em busca das nossas necessidades bem como para tratamento de saúde", relatou Aikanã.

O deputado Luizinho se comprometeu em buscar solução para as questões junto ao governo do Estado. Esta semana ele deverá acionar a Secretaria de Estado da Educação para a questão envolvendo o transporte de alunos e o Departamento de Estradas e Rodagem (DER) para verificar a possibilidade de recuperação da Capa 80. "O estado tem o compromisso de atender toda a população em condições de igualdade, em função disso, vamos acionar as pastas responsáveis cobrando esse compromisso com a comunidade Aikanã".

Fonte: Decom/ALE



Agricultores retomam área da Suiá-Missu
SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 10.03.2014

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) confirmou na última semana o processo de retomada e reconstrução das casas dos agricultores expulsos da área da antiga Fazenda Suiá-Missu, demarcada pela Funai como terra indígena (T.I.) Marãiwatsédé, no Mato Grosso. Os produtores rurais voltaram às terras em janeiro, cerca de um ano após o processo de desintrusão da área que resultou na expulsão deles do local.

A reconstrução das casas já havia sido anunciada pela Associação dos Produtores da Suiá Missú (Aprosum), que representa os posseiros, mas foi confirmada pela PRF. Não é possível por enquanto averiguar a quantidade exata de pessoas presentes na área de 165 mil hectares, uma vez que os invasores se espalharam pelas áreas correspondentes às suas antigas propriedades. Mas a Polícia Rodoviária Federal envia relatórios da situação ao Ministério Público Federal (MPF), segundo informou o inspetor José Hélio Macedo.

Funcionários contratados pela Funai destroem um embarcador

O presidente da Aprosum, Sebastião Prado, afirma que os posseiros que retornaram às terras estão empreendendo regime de mutirão há pelo menos 25 dias para levantar barracos e construções destruídas pela Funai durante o processo de desintrusão iniciado em dezembro de 2012 e encerrado em abril do ano passado.

No início da retomada, os agricultores se concentraram na região do Posto da Mata, mas depois se dispersaram pelas áreas correspondentes às suas antigas fazendas.

Segundo Prado, de 400 a 500 famílias estão no local, número que a PRF afirma não haver possibilidade de atestar. Alguns dos produtores expulsos estão reintroduzido o gado na área que foi completamente incendiada pelos índios no verão do ano passado. Por enquanto apenas os pequenos proprietários estão retornando.

Veja AQUI

(<http://www.questaoindigena.org/2013/09/fogo-na-suia-missu-veja-ultima-imagem.html>)
sequencia de imagens de satélite que mostra o maior incêndio da história do Mato Grosso.

Conforme explicou o presidente da Aprosum, o retorno dos posseiros decorre da forma como foi feita a desintrusão. "É uma reação natural das famílias que foram despejadas da área sem qualquer tipo de assistência por parte do Governo", diz Sebastião Prado. Além disso, os antigos ocupantes da terra demarcada apontam que houve fraude no processo judicial que resultou na demarcação das terras da Fazenda Suiá-Missu como Terra Indígena Marãiwatsédé. "Nós não somos bandidos", protesta Prado.

Em função da retomada da área pelos agricultores iniciada em janeiro, o juiz Ilan Presser, substituto da 1ª Vara da Justiça Federal de Mato Grosso, solicitou uma reunião entre as partes

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 43./ 2014

Brasília, 10 de março de 2014.

e determinou que o Incra procurasse reassentar as famílias. Nada aconteceu até agora. Presser determinou também que o emprego de forças policiais para impedir a retomada da reserva em caráter de urgência. A PF e a PRF passaram a monitorar a área do Posto da Mata obrigando os agricultores a se dispersarem pelas antigas fazendas.

Como nada aconteceu até o momento, no último dia 28 outro juiz substituto da 1ª Vara Federal, Diego Pares Moreira, reforçou o pedido de utilização das forças policiais determinando desocupação imediata da terra indígena, mas até agora também não há notícia de resultados produzidos pela decisão.



Um mês sem resposta: Produtores rurais do sul da Bahia lembraram assassinato de agricultor

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 10.03.2014

Pequenos produtores dos municípios de Ilhéus, Una e Buerarema, no sul da Bahia se reuniram neste domingo (9), na sede do Sindicato Rural de Ilhéus. Os agricultores discutiram questões relacionadas ao processo de demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença que pode expulsá-los de uma área de 47,3 mil hectares.

Além disso, os produtores definiram também um plano de ação para cobrar respostas do governo para o assassinato do agricultor Juraci Santana. Juraci, que era assentado da reforma agrária, foi executado a tiros dentro do Assentamento Ipiranga onde morava no dia 11 de fevereiro. O agricultor vinha sofrendo ameaças da milícias de indigenóides tupinambá para que se autodeclarasse índios e apoiasse a demarcação da Funai. Juraci era contra a demarcação.

Veja também: Consultoria jurídica do Ministério da Justiça impugnou demarcação de Terra Indígena Tupinambá de Olivença

O esquema de cooptação para que pessoas comuns se declarem índios com o objetivo de receber benefícios do Governo foi denunciado recentemente em matéria da TV Band (Veja AQUI). No próximo dia 11 o assassinato de Juraci completará sem que qualquer dos acusados fosse preso. O crime foi cometido na presença da mulher e da filha da vítima.



Exploração ilegal de madeira cresce 63% em Mato Grosso

SÍTIO O GLOBO, 10.03.2014

*Dados de 2011 e 2012 mostram que 54% da área foram desmatadas sem autorização
Um total de 1.977,47 km² de florestas foram explorados no período*

Cleide Carvalho

SÃO PAULO - Segundo estado da Amazônia Legal que mais desmata, o Mato Grosso teve mais da metade de sua produção madeireira explorada ilegalmente entre agosto de 2011 e julho de 2012. Um estudo do instituto Imazon mostra que 1.977,47 km² de florestas foram explorados no período, dos quais 54% não tiveram a necessária autorização da Secretaria estadual do Meio Ambiente (Sema).

— Na comparação com o período anterior, de agosto de 2010 a julho de 2011, a exploração ilegal aumentou 63%. O manejo autorizado cresceu apenas 23% — afirma Denis Conrado, pesquisador do Imazon responsável por cruzar os dados da Sema com os do Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais (Sisflora).

Do total não autorizado, que corresponde a 1.066,63 km², 96,4% ocorreram em áreas privadas, devolutas ou sob disputa.

A exploração ilegal atingiu 28,5 km² em terras indígenas. O Parque Indígena do Xingu foi o segundo mais afetado, atrás apenas da Terra Indígena Arara do Rio Branco, que respondeu por 47% do total. O estudo identificou 34,78 km² autorizados em dois planos de manejo que se sobrepõem a terras indígenas.

As maiores áreas de exploração ilegais foram encontradas nos municípios de Marcelândia, União do Sul, Aripuanã, Nova Maringá e Itanhangá.

Em 2010, Marcelândia foi atingida por um grande incêndio, que destruiu pelo menos 11 serrarias e 60 casas. Iniciado no lixão do município, o fogo foi levado pelo vento e teve como combustível grande quantidade de resíduos deixados amontoados pelas serrarias.

A exploração florestal tem grande impacto na economia do município, onde operam 79 serrarias, madeireiras e laminadoras. Em 2013, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), Marcelândia exportou praticamente toda sua produção de madeira para a Bélgica.

R\$ 266 milhões em autuações

A extração ilegal de madeira degrada a floresta, deixando-a mais rala. Esse tipo de ação não integra a pesquisa de desmatamento da Amazônia, monitorado pelos satélites do Instituto

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 43./ 2014

Brasília, 10 de março de 2014.

Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que identifica o corte raso — ou seja, quando todas as árvores são derrubadas, e a terra fica aberta para ocupação por gado ou produção agrícola. Em geral, antes de desmatar, são retiradas primeiro as árvores cuja madeira é de interesse comercial.

Em 2013, o sistema Deter — Detecção de Desmatamento em Tempo Real, do Inpe, emitiu 845 alertas para o Mato Grosso, atingindo uma área de 1.002,37 km². Nesse caso, são identificadas áreas desmatadas por corte raso, acima de 25 hectares.

Nos últimos dez anos, o Mato Grosso suprimiu 34.214km² de Floresta Amazônica. Foram 1.149 km² apenas no período entre agosto de 2012 e julho de 2013, o que correspondeu a 19,66% do total desmatado na Amazônia Legal — um incremento de 52% em relação ao período anterior. O estado também liderou as autuações, com R\$ 266 milhões em multas. De acordo com dados do Ministério do Meio Ambiente, cerca de 68% do desmatamento ocorrem em áreas onde a fiscalização é competência dos estados, e os 32% restantes são de âmbito federal — áreas de proteção federais, terras indígenas e assentamentos da reforma agrária.